

Doing Business na União Europeia 2018:

Portugal



Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia é o mais recente relatório de uma série que visa expandir a análise comparativa para cidades secundárias em todos os estados membros da UE com uma população acima de 4 milhões. Esta edição abrange 25 cidades dos quatro estados membros. O foco do relatório está nos conjuntos de indicadores que medem a complexidade e o custo dos processos regulatórios, bem como a força das instituições jurídicas, afetando cinco etapas da vida de uma pequena empresa doméstica de médio porte: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedade e execução de contratos. As cidades com melhor desempenho são identificadas e as melhores práticas regulatórias são destacadas. O relatório sugere que autoridades

buscando reformas não precisam procurar inspiração longe: a região tem modelos bons e práticos a serem utilizados.

DOING BUSINESS EM PORTUGAL

O relatório vai além das capitais – foco do relatório global Doing Business - para identificar boas práticas regulatórias, descobrir gargalos administrativos e recomendar reformas baseadas em exemplos de cada país e outras 186 economias analisadas pelo Doing Business.

Em Portugal, o relatório avalia o enquadramento regulamentar das empresas e o seu impacto nos empreendedores locais em 8 cidades: Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto.



O relatório foi preparado pelo Grupo do Banco Mundial, sob os auspícios do Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, e financiado pela Comissão Europeia, Diretoria Geral para Política Regional e Urbana.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

• **Os empresários portugueses enfrentam diferentes obstáculos regulatórios dependendo de onde estabelecem seus negócios.** A implementação de regulamentos de negócios, bem como a eficiência dos órgãos públicos, variam dentro do país. Grandes diferenças podem ser vistas no processo de obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade e execução de contratos. Por exemplo, lidar com alvarás de construção leva apenas 159 dias no Funchal e no Porto, mas 100 dias a mais em Braga. As principais diferenças surgem no tempo necessário para obter as aprovações para o projeto de construção e para a licença de construção do município. Juntos, estes dois procedimentos ocupam o menor tempo no Porto (100 dias) - e até meio ano em Braga e Coimbra. Mas Coimbra tem a menor fase de julgamento na execução de contratos, levando apenas 10 meses, enquanto a mesma fase leva mais de 18 meses em Lisboa. Juízes e litigantes mencionaram casos administráveis e menos complexos, assim como um menor acúmulo de casos como razões para a maior velocidade em Coimbra.

• **Nenhuma cidade se destaca em todas as cinco áreas.** O Porto ocupa o primeiro lugar em obtenção de licenças de construção, mas próximo do último, no registo de propriedades e execução de contratos. Coimbra lidera na obtenção de eletricidade e na execução de contratos, mas fica para trás ao lidar com licenças de construção. Faro, juntamente com o Funchal e Ponta Delgada, lidera o ranking no registo de propriedades, mas ocupa a última posição em obtenção de electricidade.

• **Nas áreas de abertura de empresas, execução de contratos e registo de propriedades, as oito cidades superam a média da UE.** Para o registo de novas empresas, em particular, Portugal possui um balcão único e uma plataforma electrónica de última geração. Um empreendedor pode registar uma empresa e concluir os registos fiscal, previdenciário e trabalhista em um único ponto de contato em uma ou duas horas. Toda a informação é automaticamente compartilhada entre os órgãos públicos envolvidos. De facto, o registo de empresas pode ser concluído no local, embora em Lisboa e no Porto possa ser necessário marcar uma consulta com antecedência.

• **A execução de contratos e o registo de propriedade demoram mais tempo para os empresários do Porto e de Lisboa.** Os tribunais mais lentos entre as cidades referenciadas em Portugal estão nos seus maiores centros de negócios: Porto e Lisboa. As áreas metropolitanas dessas duas cidades abrigam mais da metade da população do país. Nos tribunais do Porto demoram 14 meses para concluir a fase de julgamento; em Lisboa levam pouco mais de 18 meses. Particularmente para Lisboa, os litigantes notaram que o congestionamento e os atrasos nos tribunais são mais altos do que nas outras cidades referenciadas. Em todas as oito cidades, registar uma transferência de propriedade requer um único procedimento - tornando Portugal um dos quatro únicos países do mundo onde apenas uma interação é necessária. Em Faro, Funchal e Ponta Delgada, o procedimento pode ser efectuado em poucos minutos, no balcão de atendimento local da Casa Pronta. Nas outras cidades, a consulta tem de ser feita primeiro por telefone e a espera pode durar até 8 dias, como no Porto, ou 10 dias, como em Lisboa.

• **Existem oportunidades para melhorias tangíveis, replicando as boas práticas encontradas nas cidades medidas.** A variação subnacional no desempenho em lidar com alvarás de construção, obtenção de eletricidade e execução de contratos sugere que as cidades poderiam obter ganhos importantes em competitividade nessas áreas, replicando as boas práticas dentro do país. As cidades portuguesas poderiam facilitar a execução de contratos seguindo o exemplo de Coimbra e Braga, aquelas com o processo mais rápido entre as cidades comparadas do país. Coimbra e Braga registam os menores atrasos na nomeação de peritos e na obtenção de comentários sobre as suas opiniões, bem como nas esperas mais curtas para obter datas de audição. Coimbra também segue uma boa prática no processo de conexão de eletricidade que outras cidades poderiam replicar: graças ao uso de um sistema de georreferenciamento por parte da concessionária, não é mais necessária uma visita ao local para preparar uma estimativa do custo de conexão. Além disso, as cidades de Portugal continental poderiam seguir o exemplo do Funchal

e de Ponta Delgada, onde o certificado de fiação interna foi substituído por uma notificação através da qual os técnicos assumem a responsabilidade. Para facilitar a construção, as cidades portuguesas poderiam introduzir sistemas de licenciamento eletrônico e diretrizes de processo semelhantes às adotadas no Porto. E eles poderiam introduzir regras de silêncio-consentimento para reduzir o tempo necessário para obter aprovações de projetos arquitetônicos.

SOBRE O DOING BUSINESS SUBNACIONAL

Os estudos *Doing Business Subnational* captam diferenças nas regulamentações comerciais e sua aplicação em diversas localizações em um único país. Os relatórios fornecem dados sobre a facilidade de fazer negócios em áreas selecionadas, classificam cada local e recomendam reformas para melhorar o desempenho no nível local.

• **Oferece uma nova ferramenta de diagnóstico.** Aplicando a metodologia usada no relatório global *Doing Business* em vários locais no mesmo país ou região, os projetos criam dados de nível micro em várias áreas de regulamentação de negócios. Isso permite que os locais participantes comparem suas regulamentações comerciais entre si e com 189 economias em todo o mundo.

• **Motiva melhorias regulatórias.** Os estudos revelam pontos de estrangulamento, fornecem recomendações de políticas e identificam boas práticas locais que podem ser facilmente replicadas sem alterar a estrutura legal e regulamentar do país. Os estudos motivam melhorias regulatórias, principalmente através da aprendizagem entre pares.

RELATÓRIO COMPLETO DISPONÍVEL EM:

www.doingbusiness.org/EU2.